Degradação ambiental desafia as leis

Eugenio Singer

A bem-vinda prevalência da democracia como regime político do mundo globalizado, a conseqüente valorização da cidadania e a própria necessidade de aprimoramento constante das relações sociais impõem rigoroso cumprimento das leis. Como potência emergente, o Brasil precisa, como nunca, que empresas, organizações, instituições públicas e privadas e todo o conjunto da sociedade mantenham uma relação civilizada e equilibrada entre deveres e direitos. Não se pode esperar que se construam uma economia forte e uma nação desenvolvida se a obediência ao arcabouço legal for pontuada por exceções e privilégios, como nas mais desprezíveis ditaduras.

Seria lógico que, numa sociedade civilizada, o conceito de ética estivesse de tal forma arraigado, que o comportamento legal se constituísse em manifestação espontânea. Esta, porém, não é a realidade do mundo, principalmente em países onde o aprendizado democrático foi retardado pela intermitência de regimes de exceção. Assim, é necessário que se criem

condições ao cumprimento das leis e se estabeleçam mecanismos de fiscalização e sanções.

No Brasil, exemplo claro do descumprimento às leis encontra-se na área ambiental. Faltam condições para o respeito à legislação e sobra impunidade. O problema começa com a redução de investimentos do Governo Federal na área de Infra-estrutura. Falta, ainda, um planejamento integrado para o desenvolvimento sustentável. Os dois problemas têm provocado contínuo avanço da degradação. A contaminação das bacias hidrográficas e a perda de áreas produtivas em conseqüência da erosão e do extrativismo desordenado são sérios problemas. O país também convive com alta concentração urbana, escassez de saneamento básico, destinação incorreta de resíduos, poluição de praias, desmatamentos, queimadas, contaminação de solos e má qualidade do ar. Há um descaso com a questão e faltam medidas emergenciais e preventivas.

É nítida a carência de um planejamento ambiental capaz de identificar áreas de vocação para im-

plantação de empreendimentos específicos, como no turismo, reconhecidamente um dos maiores geradores de renda na economia mundial, movimentando cerca de US\$ 3 trilhões/ano, quase a metade do PIB dos Estados Unidos. Esse exemplo demonstra que o tratamento adequado à questão ambiental não é importante apenas para a salubridade do habitat, mas também conspiram contra a natureza, fechando um devastador círculo vicioso. Mas não há consciência sobre a diversidade do país e sua exploração sustentável.

A nova lei ambiental (9.605), em vigor desde 30 de março de 98, pode levar a um controle maior dos crimes ambientais, principalmente pela ação do Ministério Público, que tem agido e arrolado os órgãos co-responsáveis. Somente nos primeiros dias de abril, a Cetesb emitiu quatro mil notificações a empresas inadimplentes com programas ambientais. A tendência para os próximos anos é de maior rigor, mas melhoria da qualidade ambiental só virá com a pressão do mercado. A ISO 14000 terá peso nesse processo, pois

passa a condicionar a inserção da indústria brasileira no mercado internacional.

É preocupante, entretanto, verificar que, precedendo a 9.605, o Brasil já dispunha de códigos e leis ordinárias — federais, estaduais e municipais — suficientemente rigorosos em sua concepção, mas sem efeito prático no enfrentamento do problema. O Capítulo do Meio Ambiente da Constituição de 1988 é considerado um dos mais avançados do mundo. No entanto, a Carta completou dez anos em outubro, mas continuam sendo flagrantemente desrespeitados os seus princípios ecológicos. Triste paradoxo, que precisa ser revertido a tempo de se evitar que o vaticínio contido em relatório do Banco Mundial, de que o Brasil será um dos gigantes da economia no próximo século, seja soterrado por entulhos, obscurecido por uma cortina de fumaça, corroído pela chuva ácida e esterilizado pela desertificação.

■ Eugênio Singer, Ph.D em Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos, é presidente da Environment Resources Management do Brasil

Class.	Fonte	Documentação
	27/11/98	
	1710	
		Pg 23